

**Atravessamentos, Narrativas e Percursos:
Conflitos e Gestão Participativa em prol de ambientes sustentáveis**

*Disputes, Narratives and Routes: Conflicts and Participatory Management for
sustainable environments*

*Atravesamientos, Narrativas y Rutas:
Conflictos y Gestión Participativa para ambientes sostenibles*

Daniel Athias de Almeida

Doutorando, PROARQ - UFRJ, Brasil
daniel.almeida@fau.ufrj.br

Vera Regina Tângari

Professora Doutora, PROARQ - UFRJ, Brasil.
vtangari@fau.ufrj.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as contradições e disputas decorrentes do processo de ocupação da estrada real, com enfoque no município de Magé, identificando os atravessamentos (pontos de conflito de interesse) e entrelaçamentos (movimentos de resistência) presentes a fim de compreender e valorizar o território a partir do reconhecimento das comunidades locais, promovendo a gestão democrática, parcerias institucionais e iniciativas da sociedade civil organizada.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Participativos. Patrimônio. Percursos.

SUMMARY

This paper aims to investigate the contradictions and disputes arising from the process of occupation of the “Estrada Real” (Golden Route), with an approach in the municipality of Magé, identifying the disputes (points of conflict of interest) and Tanglements (resistance movements) present in order to understand and contemplate the territory based on the recognition of local communities, promoting democratic management, institutional partnerships and organized civil society initiatives.

KEYWORDS: Participatory Process. Heritage. Routes.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar las contradicciones y disputas surgidas del proceso de ocupación del camino real, con abordaje en el municipio de Magé, identificando los atravesamientos (puntos de conflicto de interés) y entrecruzamientos (movimientos de resistencia) presentes para comprender y contemplar el territorio a partir del reconocimiento de las comunidades locales, promoviendo la gestión democrática, las alianzas institucionales y las iniciativas de la sociedad civil organizada.

PALABRAS CLAVE: Processos Participativos. Patrimônio. Rutas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a pertinência do que hoje é entendido como patrimônio ao longo do percurso da estrada real, revisitando a narrativa histórica através de uma ótica mais abrangente e que tente incorporar uma leitura decolonial ao processo de ocupação do território que advém de um processo exploratório e de grande violência tanto para as populações originárias deste território, como das populações oriundas do tráfico escravagista transatlântico, expropriadas do continente africano para trabalhar no Brasil.

É um processo de experimentação metodológica que tem como interesse fornecer possibilidade de atuação do poder público em consonância com grupos marginalizados, muitas vezes excluídos dos processos de tomada de decisão.

Não estamos falando somente de uma experiência para promover práticas democráticas e cidadãs, mas também o entendimento que todos nós devemos ter direito à memória e ao reconhecimento das práticas e tradições como dotadas de agência e relevância tanto no passado, como com reflexos diretos no presente.

Preservar os ecossistemas é de extrema importância e não depende apenas da restauração e manutenção da vegetação, mas da compreensão das atividades humanas como parte do todo ambiental.

Alterar a atual ética ambiental antropocêntrica para a biocêntrica faz parte desse processo. Para Gudynas (2020), o biocentrismo é uma nova forma de relação entre o meio que vivemos tendo como centro a questão ambiental. É preciso uma base sólida para a comunidade local, onde sua identidade, história, patrimônio e tradições sejam reconhecidas e valorizadas, assim como entendimento de que a natureza tem importância primária na vida e é possível usufruir de uma troca benéfica com ela, respeitando a capacidade de carga dos ecossistemas

Frente a um cenário de mudanças climáticas, intensas transformações advindas do capitalismo e do processo acelerado de transformação, nunca se discutiu tanto o impacto ambiental provocado pela humanidade no planeta terra.

Como principais consequências desse impacto destacamos o aumento médio da temperatura da terra, derretimento acelerado das calotas polares, e o aumento do nível do mar em até 2 metros.

As transformações ambientais foram ainda mais percebidas por conta da pandemia global do vírus Covid-19 entre os anos de 2019 até 2022, em que percebeu-se o nível de vulnerabilidade e exposição ao qual estamos submetidos.

As conferências Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, Suécia, 1972), Cúpula da Terra (Rio- 92), Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 3) (Quioto, Japão, 1997), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, África do Sul, 2002), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro (Rio +20, 2012), Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21) (Paris, França,

2015), Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) (Glasgow, Reino Unido, 2021) apresentaram um panorama sobre o cenário global de devastação ambiental, estabeleceram padrões, parâmetros e métricas como forma de mitigar as consequências diretas de nossas ações.

Como resultados da Conferência Rio +20, temos a Agenda 2030, que estabelece 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o ano 2030.

Segundo Ailton Krenak (2012) “O futuro é ancestral e a humanidade precisa aprender com ele a pisar suavemente na terra.” O que se refere à observar as práticas e grupos tradicionais e a forma como se relacionam com o mundo.

A compreensão do território como sobreposição de camadas históricas, culturais e sociais trouxeram a reflexão sobre como melhor aproveitar todas as potencialidades dos locais e incorporar valores da comunidade.

De acordo com Careri (2006) o percurso representa, entre outras coisas, a forma de ocupar o território, um processo de ocupação, a identificação das transformações temporais e a conformação de um lugar.

Podemos destacar no Brasil a importância do Percurso da Estrada Real, como a principal rota comercial do Brasil ao longo de quase três séculos, com esta rota comercial emergem questões de como estes territórios se consolidaram, quais suas, construções identitárias, marcos históricos e narrativas que auxiliam na compreensão ou caracterização destes territórios.

Frente a este cenário, e entendendo que o território é necessariamente um campo de disputas, conflitos e contradições, esta pesquisa tem por objetivo estudar as contradições decorrentes do processo de ocupação de um território.

Para melhor entender esses percursos e poder pensar estratégias que viabilizem uma construção metodológica participativa articulada com a valorização das identidades locais atreladas a seu território, se faz necessária a construção de um processo de análise participativo e observar quais são as interações que ocorrem.

ESTUDO DE CASO DE MAGÉ

Através do recorte territorial do município de Magé, foi realizada uma leitura multiescalar do território com o fim de compreender as relações que se estabelecem no âmbito local.

Magé pode ser lida destino final da estrada real, porto de entradas e saídas comerciais, onde circulavam mercadorias e muitas pessoas. Com estas narrativas diversas, mas essencialmente narrativas de resistência.

Magé é ao mesmo tempo parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, parte da Baixada Fluminense, com território que se estende por uma diversidade de paisagens compreendidas entre planícies costeiras, manguezais e tem como limite norte a Serra dos Órgãos alcançando altitudes superiores a 2000m de altitude, esta diversidade de paisagem faz de magé um território extremamente fragmentado, com relações muito divergentes com o território.

Entendendo também que Magé carrega um estigma de cidade dormitório, ou cidade “de passagem”, observar essas relações com a paisagem transcende completamente essas características, indicando uma intensa atividade cultural - vinculada a uma resistência a um apagamento identitário e cultural tanto pela metrópole como pela cultura hegemônica.

Figura 1: Folia de Reis Nova Aurora do Horizonte – Magé-RJ. Fonte: Imagem do autor, 2021



Como resistência podemos destacar a História de Maria Conga, uma liderança quilombola dos princípios do século XIX e que foi capaz de construir próximo ao centro de Magé um ponto de resistência a escravidão, ainda nos primórdios do século XIX.

Mas em que compete a narrativa de Maria Conga, com as narrativas atuais? Como a história local se conecta com essas histórias de resistência sócio-cultural e ambiental?

As histórias se misturam entre a narrativa oficial, que é amplamente documentada que escolhe esquecer a escravidão e o processo exploratório do território, em contraste com as narrativas que emergem da oralidade, das manifestações culturais como o jongo, a produção de farinha e o futebol.

O que diverge ambos os pontos é efetivamente a interlocução e como as relações são construídas junto a paisagem.

Segundo Cosgrove (2008), a paisagem embora seja uma categoria fundamental da geografia física em suas estruturas biodinâmicas e geomorfológicas, constitui-se num conjunto similarmente de representação, ou seja, diretamente atrelada às manifestações culturais que se mesclam à paisagem.

A leitura do território deve, portanto, perpassar pelas vivências, tradições e modos de viver dos grupos tradicionais do território, sendo um marco fundamental para que seja feita sua leitura.

Para Gudynas (2020) a construção coletiva deve necessariamente partir de um diálogo entre culturas. A recuperação das formas de valoração própria, é preciso pensar em alternativas à nossa própria modernidade incorporando uma nova ética ambiental, o que corrobora a necessidade de viabilizar trocas culturais e fomentar as ações dos grupos tradicionais, que são muitas das vezes os grupos mais afetados por uma série de conflitos socioambientais.

Os conflitos são os pontos que deixam evidente os contrastes de narrativas oficiais com as narrativas populares.

As resistências, que são as manifestações culturais, são elementos contrastantes. Responsáveis por representar aquilo que a narrativa oficial é incapaz de relatar.

Diante deste contexto, foi realizada como parte da coordenação de patrimônio cultural de Magé - uma leitura multiescalar do território.

Essa leitura perpassa diferentes esferas e possibilidades de relacionar o território com seus moradores.

A escala local está vinculada ao projeto de Educação Patrimonial que tem seu principal objetivo debater o patrimônio reconhecido e aproximar as escolas dos bens patrimoniais do município.

A segunda escala trabalha na escala do distrito - realizada através do mapeamento afetivo, em que foram realizadas oficinas nas 7 escolas de Jovens e adultos contemplando as relações de afeto que os estudantes têm com seu território.

A terceira escala é a do Município, o que é patrimônio e como este se vincula ao território de hoje? Essa pergunta é respondida através de um inventário participativo proposto que vincula lideranças e pessoas locais com um grupo de especialistas para mapear os patrimônios do município.

Como quarta escala pensamos enfim na esfera metropolitana, como se constroem as relações com o Rio de Janeiro? O que as lideranças acadêmicas, governamentais e locais podem contribuir com o entendimento desse território e o patrimônio vinculado.

Frente a este processo emergiram muitos questionamentos e principalmente uma necessidade de ressignificar as narrativas emergentes como forma de viabilizar a representatividade deste mosaico de saberes, tradições e culturas emergentes.

ATRAVESSAMENTOS E ENTRELAÇAMENTOS

Como resposta ao questionamento de como tratar das contradições, resistências e apropriações territoriais, trabalha-se com dois conceitos chave.

- Atravessamentos - pontos de conflito de interesse, conflitos sócio-ambientais, conflitos culturais e regionais.
- Entrelaçamentos - Movimentos de resistência, grupos divergentes, manifestações culturais e apropriações territoriais.

A leitura destes dois elementos poderá auxiliar a mapear territórios que estão no centro da disputa territorial, de narrativa ou sócio-cultural.

Como forma de compreender como ocorrem estas contradições se fazem necessárias estratégias participativas que permitam vislumbrar a gestão democrática do território, a criação de parcerias institucionais e de iniciativas capitaneadas pela sociedade civil organizada.

Em Circuito dos Afetos (2016), Vladimir Safatle defende que os afetos são os elementos fundamentais de vínculo da sociedade contemporânea, os quais nos permitem compreender a natureza do comportamento social.

Através da história, ser e tempo se reconciliaram no interior de uma memória social que deveria ser assumida reflexivamente por do sujeito em suas ações. Memória que seria a essência orgânica do corpo político, condição para que ele existisse nas ações de cada indivíduo, como se tal corpo fosse sobretudo um modo de apropriação do tempo, de construção de relações de remissão no interior de um campo temporal contínuo, capaz de colocar momentos dispersos em sincronia a partir das pressões do presente. (SAFATLE, 2016, p. 137).

É dizer, os afetos são elementos determinantes para a compreensão das diversas apropriações territoriais presentes no espaço, sendo elementos transformadores do reconhecimento e valorização dos territórios;

Objetiva-se, portanto, o reconhecimento do território por parte das comunidades locais, como elemento de valorização cultural e identitário, através do reconhecimento de seus afetos, na valorização da memória, identificação das manifestações culturais e diferentes formas de habitar e ocupar o território.

Para além das estratégias participativas pretende-se utilizar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - desenvolvidos para a Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Em suma, esta pesquisa busca uma compreensão aprofundada do território em disputa, explorando suas contradições e buscando alternativas sustentáveis e participativas para a gestão desse espaço. A análise dos atravessamentos e entrelaçamentos presentes revelará os desafios e oportunidades para a construção de um território mais equitativo, preservando sua identidade cultural, valorizando seu patrimônio e promovendo o desenvolvimento sustentável com base nas metas globais estabelecidas pelas ODS.

DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O Objeto de estudo é o território em disputa, ou Atravessamento e sua leitura conjunta com seus espaços de resistência, ou Entrelaçamentos. Esta pesquisa tem por interesse investigar e traçar novas estratégias de leitura e análise do território através de suas contradições ou controvérsias.

A proposta é identificar os atravessamentos e entrelaçamentos presentes no território. Como primeira ação será delimitado o território a ser analisado, um território que necessariamente está sendo alvo de grandes investimentos e está suscetível a grandes transformações.

Os atravessamentos indicarão quais contradições existem no contexto sócio - cultural e ambiental e, portanto, são sinalizadores que neste território existe um conflito de interesses e uma assimetria de poder.

A partir deste marcador definido, serão identificados os entrelaçamentos - ou pontos de resistência. Qual o contraponto às transformações da paisagem? Que outras narrativas emergem frente a esta questão?

Frente a este contexto serão inventariados elementos patrimoniais presentes no território relativos à história, cultura, relevância natural e paisagem cultural.

Quem são os atores presentes nesta paisagem? E de que forma eles se articulam na paisagem?

A articulação entre paisagem, elementos patrimoniais, pontos de conflito e pontos de resistência poderão se tornar uma base para que sejam articuladas estratégias participativas para pensar políticas públicas voltadas para este território.

Para esta premissa serão articuladas as ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 15 - Vida Terrestre, ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Objetivos

Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as contradições e disputas decorrentes do processo de ocupação de um trecho da estrada real, com destaque ao município de Magé - RJ, identificando os atravessamentos (pontos de conflito de interesse) e entrelaçamentos (movimentos de resistência) presentes a fim de compreender e valorizar o território a partir do reconhecimento das comunidades locais, promovendo a gestão democrática, parcerias institucionais e iniciativas da sociedade civil organizada. A pesquisa também busca utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como referência para orientar as estratégias adotadas.

Objetivos específicos

- Delimitar o território de estudo, identificando um espaço em disputa e suscetível a grandes transformações.
- Identificar os atravessamentos presentes no território, revelando as contradições sociais, culturais e ambientais existentes.
- Identificar os entrelaçamentos, ou seja, os pontos de resistência e manifestações culturais que contrapõem as transformações em curso.
- Inventariar elementos patrimoniais presentes no território, considerando sua importância histórica, cultural, natural e paisagística.
- Analisar os atores envolvidos no território e sua articulação na paisagem, compreendendo suas relações de poder e influência.
- Promover estratégias participativas que envolvam as comunidades locais, visando à gestão democrática do território e o desenvolvimento de políticas públicas adequadas.
- Utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente os ODS 11, 15, 16 e 17, como referência para orientar as ações e iniciativas voltadas para o território em estudo.

METODOLOGIA

Inicialmente, pretende-se realizar a pesquisa em algumas frentes de trabalho que se concentram em eixos, com alguns momentos paralelos e outros sequenciais.

Eixo 1 - Revisões Bibliográficas e Formatação Metodológica

No primeiro eixo, teremos a questão das abordagens teóricas relativas aos territórios em conflito, crises ambientais, processos de urbanização e expansão urbana, desenvolvimento sustentável e gestão democrática do território e aos conteúdos estruturantes relacionados ao tema. Este eixo é responsável pela abordagem bibliográfica do trabalho, pautado no levantamento, na compreensão e no desenvolvimento teórico.

Primeira etapa: Levantamento bibliográfico

Nesta etapa serão tratados e discutidos os materiais e o instrumental para ser possível o desenvolvimento do trabalho. Neste momento serão debatidos autores, estratégias pertinentes a ambos grupos de pesquisa tanto no Brasil como fora do país.

Segunda etapa: Pesquisa e revisão bibliográfica

Pesquisar e revisar estudos, relatórios e documentos relevantes relacionados ao território específico, como planos de desenvolvimento, estudos de impacto ambiental, registros históricos, entre outros.

Eixo 2 - Delimitação do Objeto de Estudo e Mapeamento do Território

Primeira Etapa: Inventário e Reconhecimento Territorial

Identificar, mapear e inventariar os principais atores, pontos de atravessamentos e entrelaçamento no território. Identificar e registrar manifestações culturais, práticas tradicionais, grupos vulneráveis e seus vínculos com o território.

Segunda Etapa: Identificação de Atravessamentos e Entrelaçamentos

Nesta etapa serão identificados os principais pontos de conflito e de resistências presentes no território. Também serão realizadas as primeiras idas a campo como forma de se aproximar do objeto de estudo e coleta de dados.

Terceira Etapa: Delimitação do Perímetro de Atuação e do Estudo de Caso.

Nesta etapa é identificado qual o recorte territorial será analisado com maior profundidade e onde serão realizadas as atividades de campo e experimentações propostas.

Eixo 3 - Experimentações e Aproximações com o Território

Realizar visitas ao território em estudo para observação direta e coleta de dados. Registrar informações sobre a paisagem, elementos patrimoniais, transformações em curso, pontos de conflito e resistência, entre outros aspectos relevantes.

Entrevistar moradores locais, representantes de comunidades tradicionais, especialistas, autoridades locais e outros atores-chave para obter perspectivas e informações adicionais.

Eixo 4 - Estratégias participativas para reconhecimento territorial

Organizar oficinas participativas e grupos de discussão com a comunidade local, permitindo que os moradores expressem suas opiniões, experiências e visões sobre o território.

Utilizar métodos participativos, como mapeamento coletivo, para identificar locais de valor cultural, memória histórica, manifestações culturais e outras formas de apropriação do território.

Facilitar diálogos e debates entre diferentes atores envolvidos no território, buscando identificar interesses, necessidades e possíveis soluções para os conflitos existentes.

Promover atividades de educação ambiental e conscientização, visando envolver a comunidade local na preservação e valorização do território.

Eixo 5 -Análise e sistematização dos dados

Analisar os dados coletados por meio de abordagens qualitativas e quantitativas, buscando identificar padrões, tendências e relações entre os elementos estudados.

Sistematizar as informações e elaborar relatórios de pesquisa, incluindo uma análise crítica dos resultados obtidos.

Utilizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência para a análise dos dados e recomendações de políticas públicas.

Eixo 6 - Apresentação dos resultados:

Realizar apresentações dos resultados da pesquisa para a comunidade local, autoridades, instituições envolvidas e outros interessados.

Disponibilizar os relatórios e materiais produzidos para acesso público, promovendo a transparência e o compartilhamento de conhecimentos.

É importante ressaltar que a metodologia pode ser adaptada de acordo com as características específicas do território em estudo e as condições locais. O envolvimento ativo da comunidade local é fundamental para garantir uma pesquisa participativa e uma compreensão mais abrangente do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

A pesquisa proposta pretende utilizar o estudo de caso de Magé e seu contexto privilegiado sócio cultural como um campo de discussões acerca do patrimônio em seu contexto participativo.

Se faz necessário, portanto, abordar os conflitos e a gestão participativa como instrumento para promover um desenvolvimento econômico mais consciente e responsável, que leve em consideração a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio ambiental.

O desenvolvimento sustentável é uma questão latente de um planeta submetido a um processo cada vez mais acelerado de transformações. Ao estudar os atravessamentos, narrativas e percursos relacionados a conflitos socioambientais e culturais, a pesquisa contribui para a compreensão dos desafios enfrentados na busca por um desenvolvimento sustentável no país.

Ao identificar os pontos de conflito de interesse e os movimentos de resistência presentes no território em estudo, a pesquisa proporciona uma visão mais ampla das contradições existentes e das assimetrias de poder. Isso pode subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, que promovam a justiça social e ambiental.

Além disso, a pesquisa também se propõe a valorizar o território a partir do reconhecimento das comunidades locais e de suas manifestações culturais. Isso contribui para fortalecer a identidade e a autoestima das populações locais, promovendo o bem-estar social.

A utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como referência orienta as ações e iniciativas voltadas para o território em estudo. Os ODS abrangem uma ampla gama de questões socioambientais e têm como objetivo promover um desenvolvimento sustentável em âmbito global. Ao alinhar as estratégias da pesquisa com os ODS, há uma maior sinergia com os esforços internacionais e um maior potencial de impacto positivo.

Em resumo, a contribuição proposta é pensar o desenvolvimento econômico através de práticas mais responsáveis e sustentáveis. Além disso, busca gerar uma metodologia que valorize as comunidades locais e suas manifestações culturais, promovendo a participação democrática e a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARERI, F. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2013.

COSGROVE, Denis E. Introduction to social formation and symbolic landscape. In: DELUE, Rachael Ziady; ELKINS, James. **Landscape Theory**. New York: Routledge, 2008. [p.17-42].

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos Da Natureza: Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais**, Brasil, 2019.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

IPHAN. **Inventário Nacional De Referências Culturais**: Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed. 2016.